

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

24 Paraguaçu Paulista
Embrasil 121197

25/04/2020 09:30:45

Assinatura: [assinatura]

REQUERIMENTO Nº 066 /2020 -SO

Requer ao Diretor do IMSS informações sobre o Projeto de Lei nº 011/2020 e os possíveis efeitos decorrentes de sua não aprovação.

Excelentíssimo Senhor

SERGIO DONIZETE FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística
Paraguaçu Paulista

O Vereador que este subscreve, nos Termos Regimentais vigentes, **REQUER** ao Diretor do Instituto Municipal de Seguridade Social, Sr. Armando Rodrigues de Lima, as seguintes informações sobre o Projeto de Lei nº 011/2020 e os possíveis efeitos decorrentes de sua não aprovação:

1-) A não aprovação do Projeto de Lei nº 011/2020, terá algum impacto para o servidor?

2-) Em caso de resposta afirmativa ao item "1", poderá ter suspenso ou ter negado o pagamento de auxílios como: incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão?

3-) Em caso de resposta afirmativa ao item "2", a partir de quando estes auxílios poderão ser suspensos ou negados?

4-) Esta lei sendo enviada no futuro poderá ter uma alíquota ainda maior da que foi proposta no projeto enviado agora?

5-) Sendo a lei aprovada posteriormente, diminuirá o prazo para que seja possível utilizar a alíquota de contribuição diferenciada de acordo com a faixa salarial?

6-) O que é o Déficit atuarial do IMSS?

7-) O que é o Superávit atribuído ao IMSS?

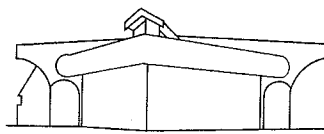
8-) Quantos servidores hoje estão recebendo os auxílios por incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão?

JUSTIFICATIVA

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

O Projeto de Lei nº 011/2020, que "Altera os incisos I e II do art. 34 e os arts. 37 e 38, e revoga as Seções II, IV e V do Capítulo V e os respectivos arts. 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 66 da Lei Municipal nº 1.968/1997, que criou o Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS), responsável pela manutenção do regime próprio de seguridade social dos servidores da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, das autarquias e fundações municipais", foi rejeitado em regime de urgência especial por 7 votos contrários x 6 votos favoráveis na 66ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal no dia 22/04/2020.

Assim, o presente Requerimento visa obter informações para esclarecimento, uma vez que são muitas as dúvidas que pairam especialmente dentre os servidores públicos municipais.

Palácio Legislativo Água Grande, 28 de abril de 2020.

Marcio José Barbosa
MARCIO JOSÉ BARBOSA
Vereador